

STJ00097525

Rubens R R Casara  
Antonio Pedro Melchior

Vol. I

# Teoria do Processo Penal Brasileiro

Dogmática e Crítica:  
Conceitos Fundamentais

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2013

Copyright © 2013 by Rubens R R Casara e Antonio Pedro Melchior

Categoria: Direito Processual

Produção Editorial

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Yuri Freire dos Santos

Capa: Cristiana Fernandes e Otávio Guerra

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio  
ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime  
(Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1ª/07/2003),  
sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações  
diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

DADOS INTERNACIONAIS DE  
CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

---

M518t

Melchior, Antonio Pedro

Teoria do processo penal brasileiro: dogmática e crítica vol. I: conceitos  
fundamentais / Antonio Pedro Melchior, Rubens R R Casara. – Rio de Janeiro:  
Lumen Juris, 2013.

672 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 593-652

ISBN 978-85-375-2342-1

1. Processo penal – Brasil. I. Casara, Rubens R R (Rubens Roberto Rebello)  
II. Título.

CDD 345.8105

# Sumário

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO .....  | 1  |
| <b>CAPÍTULO I: PRESSUPOSTOS À COMPREENSÃO CRÍTICA DO PROCESSO PENAL</b> .....   | 9  |
| 1. Transdisciplinaridade e processo penal .....   | 9  |
| 2. Sociedade brasileira, processo penal e a cultura autoritária .....   | 12 |
| 3. A dimensão política do processo penal .....  | 20 |
| 3.1. A preocupação democrática com o exercício do poder punitivo .....  | 22 |
| 3.2. A <i>ilusão</i> da confiança no poder punitivo .....   | 24 |
| 4. Processo penal como parte integrante do sistema criminal .....   | 32 |
| 5. Discursos do processo penal .....  | 43 |
| 5.1. Os discursos paranoicos na contemporaneidade .....   | 45 |
| 5.2. Perspectiva utilitarista e a realidade periférica da América Latina ...  | 48 |
| 5.3. Perspectiva garantista (a resistência ilustrada ao poder punitivo) ...   | 53 |
| 5.3.1. O modelo garantista .....  | 57 |
| <b>CAPÍTULO II: SISTEMAS PROCESSUAIS</b> .....  | 63 |
| 1. O <i>significante</i> “sistema” .....  | 63 |
| 1.1. Sistema, processo e a dimensão da conectividade:<br>princípio unificador .....   | 64 |
| 2. Princípios relativos aos sistemas processuais .....  | 66 |
| 2.1. Princípio acusatório .....   | 67 |
| 2.1.1. Gestão da prova como expressão estrutural do<br>princípio unificador .....   | 69 |
| 2.1.1.1. A garantia da imparcialidade: gestão da prova e o quadro<br>mental paranoico .....   | 72 |
| 2.2. Princípio inquisitivo .....  | 83 |
| 2.3. Ausência de princípio unificador: a falácia do sistema misto .....   | 84 |
| 3. Sistemas processuais penais .....  | 86 |
| 3.1. Sistema processual inquisitivo .....   | 87 |
| 3.1.1. Estilo inquisitivo: o <i>estilo perverso de ser</i> .....  | 88 |
| 3.2. Sistema processual acusatório .....  | 91 |
| 3.2.1. Breve incursão histórica .....   | 93 |
| 3.2.2. “Inquisitorialismo de alta e baixa intensidade” e a opção política<br>constitucional: por uma máxima acusatoriedade possível ..... | 94 |

|  |     |
|--|-----|
| 4. Sistemas processuais nos países da família anglo-saxônica .....   | 96  |
| 4.1. Inquisitorial System .....  | 97  |
| 4.2. Adversarial System .....  | 97  |
| 5. Para-além da dicotomia “acusatório vs inquisitivo”: a democraticidade<br>como princípio unificador de um sistema processual democrático ..... | 101 |
| <b>CAPÍTULO III: JURISDIÇÃO</b> .....  | 105 |
| 1. A função de gerir a justiça criminal .....  | 105 |
| 2. Conceito de jurisdição .....  | 109 |
| 2.1. Teorias subjetivistas da jurisdição .....   | 110 |
| 2.2. Teorias objetivistas .....  | 113 |
| 2.3. Dupla dimensão da jurisdição: dever-poder e direito fundamental .....   | 114 |
| 3. Funções do Estado: características e critérios de distinção entre as<br>funções estatais .....  | 117 |
| 3.1. Estrutura do Poder Judiciário .....   | 119 |
| 3.2. Duplo grau de jurisdição no processo penal brasileiro .....   | 121 |
| 4. Jurisdicionalidade: <i>nulla poena, nulla culpa sine iudicio</i> .....  | 134 |
| 5. Princípios para o exercício democrático da jurisdição .....   | 136 |
| 5.1. Princípio do juiz natural .....   | 136 |
| 5.1.1. Proibição do juiz de encomenda .....  | 138 |
| 5.1.2. Proibição dos tribunais de exceção .....  | 139 |
| 5.1.3. Promotor natural (ou promotor legal) .....  | 140 |
| 5.2. Princípio da imparcialidade .....   | 142 |
| 5.3. Princípio da inércia .....  | 144 |
| 5.4. Princípio da aderência ao território .....  | 145 |
| 5.5. Princípio da indeclinabilidade .....  | 145 |
| 5.6. Princípio da indelegabilidade .....   | 146 |
| 6. Limites ao exercício válido da jurisdição .....   | 147 |
| 6.1. Competência em matéria criminal .....   | 147 |
| 6.1.1. Inexistência de critério relativo de competência no processo<br>penal democrático .....   | 148 |
| 6.2. O tempo .....   | 152 |
| 6.2.1. “Tiranía da urgência” e o perigo da hiperaceleração do<br>processo penal .....  | 152 |
| 6.2.2. Princípio da duração razoável do processo (direito de ser julgado<br>em tempo razoável) .....   | 153 |
| 7. O julgador e a jurisdição .....   | 156 |
| 7.1. Garantias da magistratura .....   | 156 |

|  |            |
|--|------------|
| 7.1.1. Distinção entre prerrogativa e privilégio .....   | 156        |
| 7.1.2. Princípio da investidura .....  | 157        |
| 7.1.2.1. Critérios de ingresso na magistratura .....   | 158        |
| 7.2. Independência dos juízes .....  | 159        |
| 7.2.1. Independência política .....  | 160        |
| 7.2.2. Independência jurídica .....  | 161        |
| 7.3. Responsabilização dos magistrados .....   | 162        |
| 7.3.1. Responsabilidade jurídica .....   | 163        |
| 7.3.1.1. Responsabilidade civil .....  | 163        |
| 7.3.1.2. Responsabilidade criminal .....   | 164        |
| 7.3.1.3. Responsabilidade administrativa .....   | 164        |
| 7.3.1.4. Responsabilidade social .....   | 165        |
| 7.4. Controle da magistratura .....  | 165        |
| 7.4.1. Controle jurídico: meios impugnativos .....   | 166        |
| 7.4.1.1. Meios impugnativos autônomos .....  | 166        |
| 7.4.1.1.1. Revisão criminal .....  | 166        |
| 7.4.1.1.2. <i>Habeas corpus</i> .....  | 168        |
| 7.4.1.1.3. Mandado de segurança .....  | 172        |
| 7.4.1.2. Recursos .....  | 173        |
| 8. Jurisdição e neoconstitucionalismo .....  | 179        |
| 8.1. Notas sobre o neoconstitucionalismo no Brasil e o agigantamento do Poder Judiciário: juiz-secretário de segurança pública .....   | 180        |
| 8.2. As condições psicológicas do ativismo no processo penal: arquitetura do medo e a propagação da mensagem punitiva .....  | 185        |
| 8.3. O abismo ideológico entre o ativismo judicial no processo civil e no processo penal: do cumprimento das promessas da modernidade à contenção da profilaxia punitiva ..... | 189        |
| <b>CAPÍTULO IV: PROCESSO .....</b>   | <b>195</b> |
| 1. Conceito de processo penal .....  | 195        |
| 1.1. “Natureza jurídica” do processo penal .....   | 197        |
| 2. Desenvolvimento histórico do processo penal .....   | 199        |
| 2.1. Considerações iniciais: método histórico regressivo .....   | 199        |
| 2.2. Grécia .....  | 202        |
| 2.3. Roma .....  | 203        |
| 2.4. Inquisição medieval .....   | 207        |
| 2.4.1. Sociedade brasileira e Inquisição: notas sobre a ação inquisitorial no Brasil .....   | 215        |

|   |     |
|---|-----|
| 3. Escopo do processo .....   | 235 |
| 3.1. A instrumentalidade garantista do processo penal democrático ....  | 236 |
| 4. Objeto e conteúdo do processo penal .....  | 237 |
| 4.1. Conteúdo objetivo do processo .....  | 238 |
| 4.1.1. Mérito penal .....   | 238 |
| 4.1.2. Questões prejudiciais e questões preliminares .....  | 239 |
| 4.1.2.1. Pressupostos processuais .....   | 240 |
| 4.1.3. Tutela diferenciada: tutela de urgência, tutela de evidência e<br>antecipação da tutela penal .....                          | 242 |
| 4.2. Conteúdo subjetivo do processo .....   | 243 |
| 4.2.1. Partes: princípios informativos .....  | 244 |
| 4.2.2. Pluralidade subjetiva: litisconsórcio e assistência .....  | 245 |
| 4.2.3. Substituição processual: legitimidade extraordinária .....   | 247 |
| 4.2.4. Representação e sucessão processual .....  | 248 |
| 5. Lei processual penal em um Estado democrático de direito .....   | 248 |
| 5.1. Ordenamento jurídico .....   | 248 |
| 5.1.1. Norma jurídica: regras e princípios .....  | 251 |
| 5.1.1.1. Teoria da norma jurídica .....   | 253 |
| 5.1.1.2. Distinção entre regras e princípios .....  | 255 |
| 5.2. Finalidade da lei processual penal: garantia contra a opressão em<br>cumprimento de um projeto político-democrático .....      | 257 |
| 5.3. Dinâmica temporal e espacial da legislação processual penal .....  | 260 |
| 5.3.1. A lei processual penal no espaço .....   | 261 |
| 5.3.2. A lei processual penal no tempo .....  | 262 |
| 5.3.2.1. Unidade político-conceitual do sistema de justiça criminal: a<br>questão da irretroatividade da lei processual penal ..... | 263 |
| 6. Hermenêutica processual penal .....  | 265 |
| 6.1. Interpretação retrospectiva .....  | 269 |
| 6.2. Interpretação projetiva .....  | 273 |
| 7. Propedêutica Processual Penal: conceitos fundamentais à teoria do<br>processo penal .....  | 280 |
| 7.1. Conceitos de necessidade .....   | 280 |
| 7.2. Conceito de bem .....  | 281 |
| 7.3. Conceito de interesse .....  | 282 |
| 7.3.1. Conceito de conflito de interesses .....   | 283 |
| 7.3.2. Formas de resolução dos conflitos .....  | 284 |
| 7.3.2.1. Crítica à justiça negociada no processo penal democrático ....   | 284 |

|  |     |
|--|-----|
| 7.4. Conceito de pretensão .....   | 286 |
| 7.4.1. A pretensão acusatória .....  | 286 |
| 7.5. Conceito de lide .....  | 287 |
| 7.5.1. Inexistência de lide penal .....  | 287 |
| 7.6. Conceito de causa penal .....   | 289 |
| 7.7. Conceito de caso penal .....  | 289 |
| 8. A persecução penal .....  | 290 |
| 8.1. Persecução penal pré-processual: investigação preliminar .....  | 293 |
| 8.1.1. O inquérito policial no contexto democrático .....  | 294 |
| 8.2. Persecução penal processual ( <i>persecutio criminis in iudicio</i> ) .....   | 299 |
| 9. Relação jurídica processual penal .....   | 299 |
| 9.1. A instauração da relação processual .....   | 301 |
| 9.2. A angularização da relação processual .....   | 302 |
| 10. Dinâmica processual penal .....  | 302 |
| 10.1. Impulso processual: autodinâmica e heterodinâmica .....  | 302 |
| 10.2. Comportamento da Agência Judicial .....  | 303 |
| 10.3. Comportamento das partes .....   | 303 |
| 10.3.1. Construção dialética da solução justa do caso penal .....  | 304 |
| 10.4. Revelia, preclusão e perempção .....   | 304 |
| 10.5. Atos processuais: planos de existência da validade, da eficácia e da efetividade .....   | 307 |
| 11. Princípios constitucionais estruturantes do processo .....   | 309 |
| 11.1. A supremacia da normatividade constitucional como ponto de partida: filtragem e concretização da Constituição da República ..... | 309 |
| 11.2. Princípio democrático .....  | 313 |
| 11.2.1. Princípio acusatório .....   | 313 |
| 11.2.1.1. Princípio da correlação entre a acusação e a sentença .....  | 314 |
| 11.3. Princípio do devido processo legal (devido processo penal) .....   | 317 |
| 11.4. Princípio do contraditório .....   | 320 |
| 11.4.1. Processo penal de partes e a chamada <i>tendência privatística</i> ....  | 322 |
| 11.5. Princípio da proporcionalidade .....   | 324 |
| 11.5.1. Proporcionalidade e prisão cautelar .....  | 330 |
| 11.5.2. Proporcionalidade e produção probatória .....  | 331 |
| 11.6. Livre convencimento e sistema de avaliação de provas .....   | 331 |
| 11.6.1 Princípio da motivação .....  | 334 |
| 11.6.1.1. Recebimento da denúncia e o dever de justificar o ato psicológico de decidir .....   | 337 |

|   |     |
|---|-----|
| 11.7. Princípio da isonomia (princípio da igualdade) .....  | 339 |
| 11.7.1. Paridade de armas .....   | 341 |
| 11.7.2. Situações de equiparação e de equilíbrio .....  | 342 |
| 11.8. Princípio da inadmissibilidade da utilização de prova ilícita<br>no processo .....                                  | 343 |
| 11.8.1. Contaminação das provas (ilicitude por derivação) .....   | 345 |
| 11.8.2. Causas de exclusão da ilicitude probatória .....  | 346 |
| 12. Morfologia do processo .....  | 347 |
| 12.1. Processo e procedimento .....   | 347 |
| 12.2. Função de garantia do procedimento .....  | 348 |
| <b>CAPÍTULO V: AÇÃO</b> .....   | 351 |
| 1. Acusação e acusador .....  | 351 |
| 1.1. Acusador popular (o modelo processual grego) .....   | 351 |
| 1.2. A experiência política romana .....  | 354 |
| 1.2.1. Acusação na república de irmãos .....  | 354 |
| 1.2.2. Roma imperial: acusador oficial e o juiz-acusador .....  | 357 |
| 1.3. Inquisição e o “inconsciente inquisitivo” .....  | 361 |
| 1.3.1. “Deus-juiz”: O Grande Acusador .....   | 367 |
| 1.4. Um salto qualitativo: o Ministério Público .....   | 374 |
| 1.4.1. O Ministério Público no contexto democrático .....   | 376 |
| 1.4.1.1. Princípios institucionais, garantias funcionais e prerrogativas<br>do Ministério Público .....                   | 379 |
| 1.4.1.2. Função do Ministério Público no fortalecimento do sistema<br>acusatório .....                                    | 381 |
| 1.4.2. O mito da imparcialidade do Ministério Público: a função de<br><i>custos legis</i> e princípio da legalidade ..... | 382 |
| 1.4.3. O lugar do Ministério Público no processo penal democrático:<br>a concepção cênica da sala de audiências .....     | 384 |
| 2. Ação penal e sua estrutura conceitual .....  | 389 |
| 2.1. Conceito de ação .....   | 389 |
| 2.2. Ação penal .....   | 392 |
| 2.2.1. Natureza jurídica da ação penal .....  | 392 |
| 2.2.2. Natureza pública da ação penal .....   | 393 |
| 2.3. Causa penal e seus elementos fundamentais .....  | 394 |
| 2.3.1. Partes .....   | 394 |
| 2.3.1.1. Sujeitos processuais .....   | 395 |
| 2.3.1.1.1. Sujeito imparcial: Agência Judicial .....  | 397 |



|   |     |
|---|-----|
| 2.3.1.1.2. Sujeitos parciais: considerações sobre o papel da vítima e do assistente de acusação .....                                   | 400 |
| 2.3.2. Causa de pedir .....   | 404 |
| 2.3.3. Pedido .....   | 405 |
| 3. Espécies de ação penal .....   | 405 |
| 3.1. Ação penal de iniciativa pública .....   | 406 |
| 3.1.1. Ação penal de iniciativa pública condicionada .....  | 407 |
| 3.2. Ação penal de iniciativa privada .....   | 409 |
| 3.3. Ação penal popular .....   | 410 |
| 3.4. Ação penal cautelar .....  | 411 |
| 4. Princípios à deflagração da ação penal no processo penal democrático .....   | 419 |
| 4.1. <i>In dubio pro societate</i> e o apelo à metáfora do “ <i>Pai açoitador</i> ”: na dúvida, antecipa-se o sentimento de culpa ..... | 419 |
| 4.2. Princípios aplicáveis à ação penal de iniciativa pública .....   | 424 |
| 4.2.1. Princípio da oficialidade .....  | 424 |
| 4.2.2. Princípio da obrigatoriedade/legalidade .....  | 425 |
| 4.2.3. Princípio da indisponibilidade .....   | 427 |
| 4.2.4. Princípio da indivisibilidade .....  | 428 |
| 4.2.5. Princípio da intranscendência .....  | 429 |
| 4.3. Princípios aplicáveis à ação penal de iniciativa privada .....   | 430 |
| 4.3.1. Princípio da oportunidade (ou da conveniência) .....   | 430 |
| 4.3.2. Princípio da disponibilidade .....   | 430 |
| 4.3.3. Princípio da indivisibilidade .....  | 430 |
| 4.4. Condições para o exercício legítimo e democrático da ação penal ...  | 431 |
| 4.4.1. Teoria das condições da ação .....   | 431 |
| 4.4.1.1. Teoria da asserção .....   | 437 |
| 4.4.1.2. Teoria da imputação .....  | 437 |
| 4.4.2. Legitimidade das partes .....  | 437 |
| 4.4.2.1. Legitimidade ordinária e legitimidade extraordinária .....   | 438 |
| 4.4.3. Interesse de agir .....  | 439 |
| 4.4.3.1. Prescrição funcionalista .....   | 440 |
| 4.4.4. Possibilidade jurídica do pedido .....   | 441 |
| 4.4.5. <i>Justa causa</i> .....   | 443 |
| 4.4.6. Originalidade .....  | 444 |
| 4.4.7. Condições específicas para o regular exercício da ação penal .....   | 444 |
| <b>CAPÍTULO VI: DEFESA</b> .....  | 447 |
| 1. O acusado .....  | 447 |

|  |     |
|--|-----|
| 1.1. O outro-acusado .....   | 448 |
| 1.1.1. Cultura do narcisismo e a predação da alteridade .....  | 450 |
| 1.1.2. A preocupação com o outro: alteridade como valor fundamental do processo penal democrático .....                    | 456 |
| 1.1.3. Uma <i>tragédia</i> particular: o acusado entre a descarga pulsional e a “criminologia do outro” .....              | 458 |
| 1.2. O Acusado no contexto do processo penal democrático .....   | 462 |
| 1.2.1. A dignidade do acusado .....  | 462 |
| 1.2.1.1. Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem do acusado .....                             | 465 |
| 1.2.1.2. Proibição de excessos .....   | 466 |
| 1.2.1.2.1. Uso abusivo de algemas .....  | 467 |
| 1.2.1.3. Proibição de proteção deficiente .....  | 468 |
| 1.2.2. Direito de reação .....   | 470 |
| 1.2.3. Direito à autodefesa .....  | 472 |
| 1.2.3.1. <i>Nemo tenetur sine detegere</i> .....   | 472 |
| 1.2.4. Direito à defesa técnica .....  | 473 |
| 2. O defensor .....  | 474 |
| 2.1. A situação jurídica do defensor .....   | 474 |
| 2.1.1. Teorias a respeito da condição jurídica do defensor .....   | 477 |
| 2.1.1.2. O defensor como órgão da administração da justiça a serviço exclusivo dos interesses admissíveis do acusado ..... | 480 |
| 2.2. O defensor e a defesa técnica .....   | 484 |
| 2.3. Função e a missão democrática conferida ao defensor .....   | 486 |
| 2.4. A Defensoria Pública .....  | 489 |
| 2.4.1. Breve histórico .....   | 491 |
| 2.4.2. Garantias, prerrogativas e funções institucionais .....   | 493 |
| 2.4.3. Princípios institucionais da Defensoria Pública .....   | 495 |
| 2.4.4. O defensor público e o processo penal democrático .....   | 496 |
| 2.4.4.1. A inexistência do princípio do defensor natural .....   | 498 |
| 2.4.4.2. Notas sobre o defensor público e o advogado .....   | 499 |
| 3. A Defesa .....  | 500 |
| 3.1. Regime político constituído e o valor da defesa .....   | 500 |
| 3.2. Princípios fundamentais ao exercício da defesa .....  | 506 |
| 3.2.1. Princípio da ampla defesa .....   | 506 |
| 3.2.2. Princípio da presunção de inocência (estado de inocência) .....   | 509 |
| 3.2.2.1. A luta ideológica pela primazia do signifiante: presunção de inocência e a presunção de não culpabilidade .....   | 509 |

|  |            |
|--|------------|
| 3.2.2.2. Conteúdo tridimensional da presunção de inocência .....   | 511        |
| 3.3. Exigências democráticas do direito de defesa .....  | 513        |
| 3.3.1. O direito de contraditar .....  | 513        |
| 3.3.1.1. Direito à informação e a exigência de uma imputação adequada (o problema das denúncias ineptas) .....                     | 514        |
| 3.3.1.2. Direito de reagir à acusação (provar e controlar a prova) ....  | 516        |
| 3.3.1.3. Contraditório invertido: manifestação da acusação após a defesa? .....  | 518        |
| 3.3.2. Vedação à <i>reformatio in pejus</i> .....  | 520        |
| 3.3.2.1. Inadmissibilidade da <i>reformatio in pejus</i> indireta: identidade estrutural da proibição .....                        | 521        |
| 3.3.3. Julgamento contra ausente: comunicação artificial, suspensão da prescrição e o significante <i>tempo</i> .....              | 526        |
| 3.3.4. Vedação à persecução penal múltipla ( <i>ne bis in idem</i> ) .....   | 529        |
| 3.4. Um olhar sobre a experiência política do “velho continente”: direito de defesa e o Tribunal Europeu de Direitos Humanos ..... | 533        |
| 3.4.1. O processo penal equitativo .....   | 534        |
| 3.4.1.1. Direito ao juiz ordinário, predeterminado por lei, independente e imparcial (juiz natural) .....                          | 537        |
| 3.4.2. O direito a um processo penal com todas as garantias .....  | 539        |
| 3.4.2.1. Presunção de inocência .....  | 539        |
| 3.4.2.2. Direito ao conhecimento da imputação .....  | 541        |
| 3.4.2.3. Direito a paridade de armas .....   | 542        |
| 3.4.2.4. Direito à autodefesa e à assistência de defesa técnica .....  | 543        |
| 3.4.2.5. Direito à prova, em especial o direito de interrogar as testemunhas .....   | 548        |
| <b>CAPÍTULO VII: MITOLOGIA PROCESSUAL PENAL .....</b>  | <b>553</b> |
| 1. Introdução à mitologia processual penal .....   | 553        |
| 2. O mito da neutralidade do órgão julgador .....  | 557        |
| 3. O mito da imparcialidade do Ministério Público .....  | 560        |
| 4. O mito da verdade real .....  | 570        |
| 4.1. Acesso <i>imaginário</i> ao mito da verdade real: a prova .....   | 580        |
| 5. O mito do processo penal como instrumento de pacificação social ou de segurança pública .....                                   | 583        |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>  | <b>593</b> |